



CONSELHO NACIONAL
DAS ASSOCIAÇÕES DE
PROFESSORES E
PROFISSIONAIS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA



Exmo Sr. Director Geral da Inovação
e do Desenvolvimento Curricular
Prof. Doutor Luís Capucha
Av. 24 de Julho, 140
1399-025 Lisboa

Parecer sobre as orientações programáticas da actividade física e desportiva no 1º ciclo de escolaridade

Correspondendo à solicitação realizada por V. Exa. através do ofício com a v. refª DSDEAPS-DE/2007, a Sociedade Portuguesa de Educação Física e o Conselho Nacional das Associações Profissionais de Educação Física reuniram as suas direcções e apreciaram o novo documento referente às orientações programáticas da Actividade Física e Desportiva no 1º ciclo elaboradas pelo Conselho Nacional de Municípios.

Da análise do texto que nos foi submetido, comparativamente com original, detectámos a realização de pequenas alterações, mantendo-se, na sua essência, o espírito e letra que presidiu a este último.

Na nota introdutória deve realçar-se a introdução de um parágrafo explicitando que a actividade a regular pelo programa não deve consistir numa substituição da disciplina curricular de Expressão e Educação Físico-Motora.

Sob a epígrafe de “Enquadramento”, salvo a clarificação de as práticas da actividade não deverem estimular a especialização precoce, continuam a ser formulados, de forma pouco clara e tecnicamente imprecisa, um conjunto de pressupostos subjacentes à actividade proposta. Entre estes, destaca-se a referência à importância da prática desportiva dos jovens. Tratando-se de um documento referente ao nível etário do 1º ciclo, integrando num percurso de formação normal idades entre os 6 e os 10 anos, estranha-se a referência ao escalão etário da juventude, conotado com o período pré-pubertário e pubertário, até à idade adulta. A referência às vantagens da actividade desportiva no 1º ciclo de escolaridade é igualmente inusitada, uma vez que são sobejamente conhecidas as nocivas consequências da especialização precoce identificadas por reconhecidos especialistas nacionais e internacionais em Desenvolvimento Motor, Aprendizagem e Didáctica da Educação Física e Desporto.

No ponto que se reporta às “Finalidades” mantêm-se as formulações, com uma pequena alteração ao primeiro enunciado, pelo que continuamos a assinalar que os respectivos enunciados apontam maioritariamente para princípios educativos que devem nortear a acção educativa e não para aquisições a realizar pelos alunos. Neste conjunto de enunciados a orientação desportiva persiste, envolvendo duas referências, em seis metas enunciadas.

Continua a não se vislumbrar o significado do enunciado na “finalidade 3”, no que se refere à articulação proposta com outras aprendizagens, nomeadamente com as realizadas com âmbito da área curricular da Expressão e Educação Físico-Motora.

Na alínea respeitante à operacionalização, retiraram-se as referências ao “desenvolvimento do esquema corporal”, “verbalização das experiências”, e “o desenvolvimento mais correcto ao nível do grupo” e substituiu-se a expressão a “atendendo ao prazer” por “atendendo à satisfação”. Neste ponto, retira-se também a expressão “multilateralidade”. Mantém-se porém o seu grau de generalidade, sobretudo quando comparados com as formulações constantes nas “finalidades”.

Sobre o assunto dedicado a “Áreas de Intervenção”, mantém-se a ideia de que a natureza orientadora deste documento exigiria uma definição mais adequada do conceito de actividade física. Ainda neste ponto, onde se faz referência à exploração pedagógica da “atracção dos ídolos desportivos” deve assinalar-se a introdução da referência aos bons exemplos. Continua pouco claro o conceito de actividade lúdica na actividade desportiva. Deve também assinalar-se a retirada da expressão como “aos 7 anos começam a aparecer nos jogos os contactos e as relações com os outros”. No entanto, mantêm-se incorrectos os fundamentos que permitem propor como objecto de formação para o 3º e 4º anos de escolaridade as actividades desportivas elencadas no quadro das páginas 8. Assinala-se também a retirada do bloco de conteúdos sobre “implementos/instrumentos” que havíamos classificado como duvidoso. Não obstante, globalmente, mantêm-se a ideia de que, ao contrário de constituir uma extensão (enriquecimento) da actividade curricular da área da Expressão e Educação Físico Motora, a actividade proposta para os 1º e 2º anos constitui uma réplica amputada (portanto um empobrecimento) do que é programaticamente previsto para aquela área curricular obrigatória do 1º ciclo.

Nas sugestões sobre estratégia global de intervenção, acrescenta-se positivamente a referência à articulação com o professor titular de turma, no que às actividades de Expressão e Educação Físico-motora diz respeito, e a retirada da menos esclarecida expressão “estrutura pluritécnica da intervenção prática”, mantendo-se porém a pobreza das sugestões realizadas e a ausência de qualquer articulação entre elas.

Sob epígrafes acerca dos temas de “Actividades Físicas e Actividades Desportivas”, continua a constatar-se a incorrecta formulação técnica de objectivos, aí maioritariamente substituídos por referências a princípios de intervenção para o professor. Por outro lado, as referências às estratégias de intervenção específicas de cada conteúdo são genéricas, não se compreendendo, em particular, o significado das referências à “abordagem interdisciplinar”.

As fragilidades técnicas do documento em matéria de desenvolvimento curricular, estendem-se às referências à avaliação. Com efeito, a avaliação inicial preconizada mantém-se cingida ao perfil morfofuncional e defectológico e à história desportiva dos alunos, ignorando a sua função prognóstica na determinação das possibilidades de aprendizagem. Insiste-se na menção à avaliação intermédia (supostamente formativa) de uma forma genérica e sem utilidade pedagógica e assinala-se a persistência na ausência de referências à área das “capacidades condicionais e coordenativas”.

Face ao exposto, a SPEF e o CNAPEF mantêm o essencial da apreciação realizada no primeiro parecer.

Com os nossos melhores cumprimentos.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2007

José Alves Diniz, Presidente da Direcção da S.P.E.F.

Rui Petrucci, Presidente da Direcção do C.N.A.P.E.F.